

# Trajetórias militantes: luta por moradia e produção coletiva em favelas no sudeste brasileiro

Lara I. C. Ferreira<sup>1</sup>

Philippe Urvoy<sup>2</sup>

Karina Leitão<sup>3</sup>

## Resumo

O artigo percorre a história de luta dos movimentos de favelados privilegiando as contribuições de um padre, uma liderança comunitária, o movimento estudantil e professores extensionistas em Minas Gerais. Foca também na atuação profissional de arquitetos que contribuíram para a construção de toda uma abordagem técnica em programas e projetos para favelas em Belo Horizonte, no Rio de Janeiro e na Região Metropolitana de São Paulo com o intuito de narrar uma historicidade pouco iluminada nos relatos sobre as lutas por condições dignas de moradia. Busca-se com esta investigação, que remonta aos anos 60 do século passado até os dias atuais, contribuir para a memória que essas diversas alianças exerceram para a construção de uma agenda de aceitação das favelas como territórios que merecem atenção estatal na sua qualificação e manutenção. Note-se que esses relatos não pretendem disputar o protagonismo da luta de moradores e movimentos de moradia para a referida agenda, já se faz reconhecida em vasta literatura nacional, mas sugerir que essas trajetórias foram inspiradoras no reconhecimento da legitimidade da luta dos favelados.

## Palavras-chaves

Urbanização de Favelas; Trajetórias militantes; Movimentos sociais; Lutas urbanas.

## Militant trajectories: struggle for housing and collective production in *favelas* in southeastern Brazil

## Abstract

The article traces the history of struggles led by favela movements, highlighting the contributions of a priest, a community leader, the student movement, and university extension professors in Minas Gerais. It also focuses on the professional work of architects who helped shape an entire technical approach in programs and projects for favelas in Belo Horizonte, Rio de Janeiro, and the Metropolitan Region of São Paulo. The aim is to shed light on a lesser-known historical narrative concerning the fight for





decent housing conditions. This investigation, spanning from the 1960s to the present, seeks to contribute to the collective memory of the various alliances that helped build an agenda recognizing favelas as territories deserving of state attention for their improvement and upkeep. It is important to note that these accounts do not seek to claim leadership in the housing struggle—already well documented in national literature—but rather to suggest that these trajectories were inspirational in affirming the legitimacy of favela residents' fight for recognition.

### Keywords

Slum upgrading; Militant trajectories; Social movements; Urban struggles.

**Artigo recebido em junho de 2025**

**Artigo aceito em agosto de 2025**

## **Notas iniciais sobre alianças técnico-políticas em torno da luta por moradia digna e acessível em Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo**

As lutas por moradia protagonizadas pela população ameaçada no seu direito de morar dignamente, muitas delas organizadas em movimentos sociais e associações de moradores, constituem parte fundamental da produção das cidades no Brasil. Para além da própria construção material, os movimentos têm sido responsáveis pela pressão, criação ou direcionamento de políticas públicas, por meio de distintas formas de participação popular. Essas lutas têm garantido, também e em alguns casos, a própria moradia, pelo menos desde a segunda metade do século XX, para grande parte da população que tem tido os seus direitos constantemente negados ou ameaçados, nomeadamente a população empobrecida e marginalizada, e que mora em favelas e comunidades urbanas (IBGE, 2024).

No Rio de Janeiro, a luta por urbanização de favelas mobilizada pelos moradores desde os anos 1960 conformou uma agenda de atuação, luta e pesquisa em torno deste tema no território nacional (Bueno, 2000). Em São Paulo, os movimentos sem-teto e de luta por moradia digna têm provido habitação por meio de ocupações organizadas em edifícios e terrenos, em quantidade acima daquela oferecida pelo

próprio Estado (Stevens, 2018; Horigoshi, Hodapp, 2021). Da mesma forma, em Belo Horizonte, os movimentos de ocupações urbanas permitiram, desde os anos 2000, a construção de mais moradias para a população mais pobre da cidade do que os governos federal e estadual durante o mesmo período, permitindo o acesso à casa própria para aproximadamente 24.000 famílias (Campos *et al.*, 2020).

Para além destas contribuições específicas, verificamos que a população empobrecida é a principal responsável pela produção coletiva das cidades, seja por meio do emprego da sua mão-de-obra, seja pela autoprodução dos territórios, autoconstruindo edifícios e infraestrutura, dada a deliberada ausência do Estado nessa produção e a inexistência de modelos formais suficientes que possibilitem o acesso dessa mesma população à moradia digna.

Em alguns casos, o protagonismo popular, seja na autoprodução, seja nas disputas políticas, foi e vem sendo acompanhado de apoio e colaboração de profissionais técnicos especializados, pesquisadores universitários e outros diversos apoiadores da luta por moradia digna. Neste artigo, olhamos para atuações coletivas e individuais, que consideramos como militantes nos termos da Ferreira (2017), e que, de alguma forma, contribuíram para as lutas por direitos e acesso digno à moradia em favelas, mas também para a própria transformação do espaço e produção da cidade. Olhamos para trajetórias militantes engendradas por moradores, lideranças, técnicos profissionais, universitários e demais apoiadores realizadas por meio de colaborações e alianças políticas e politizadas nos termos de Pardo (2023).

Nesses territórios se verificam arranjos comunitários e redes de cuidado, afeto e sociabilidade que são mobilizados cotidianamente para garantir a continuidade dessas mesmas existências, criando políticas e alianças para viabilização da vida nesses espaços (Pardo, 2023, p. 25).

Diversas produções sobre o tema (Boschi, 1983; Santos, 1983; Urvoy, 2020) demonstraram a importância de um repertório coletivo





de ação em várias cidades brasileiras, refletindo sobre as condições históricas de emergência de tais práticas.

Este artigo visa contribuir para a disseminação deste repertório, ainda pouco difundido, sobre o saber-fazer político ligado à produção coletiva das cidades no Brasil, a partir de espaços urbanos auto-construídos – favelas, ocupações ou vilas, assemelhados<sup>4</sup>. O estudo se concentra nas cidades e regiões de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, desde os anos 1960 até a atualidade, demonstrando como processos individuais atravessam a história coletiva das intervenções e políticas de urbanizações de favelas no país. Na sequência, propõe-se pincelar e elucidar com exemplos oriundos das pesquisas das autoras, como atuações e práticas consideradas técnico-políticas, contribuíram para a reorganização dos espaços, dos grupos e até das políticas urbanas, no sentido da busca por cidades menos desiguais.

Interessa, neste artigo, um conjunto de ações concretizadas pela população urbana empobrecida e com necessidades habitacionais não atendidas, em colaboração com sujeitos militantes – homens e mulheres, de forma individual ou organizados em grupos – com atuações politizadas nos campos da arquitetura, urbanismo, direito, serviço social, planejamento do território, entre outros, que ilustram práticas que tenham contribuído para a construção de territórios urbanos mais justos. Busca-se compreender de que forma essas práticas se concretizaram em ações coletivas na luta pelo direito à moradia e refletir sobre os modos de difusão e transmissão dessas práticas, entre grupos sociais distintos e ao longo do tempo. Para tanto, o artigo se debruça sobre algumas atuações que fazem parte das trajetórias de alguns sujeitos envolvidos na produção coletiva da cidade em áreas consideradas precárias ou periféricas, sejam técnicos, apoiadores ou moradores.

O termo trajetória é entendido aqui como a “série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes

transformações” (Bourdieu, 2006, p.189). As práticas apresentadas são oriundas dos processos de pesquisa dos autores para as pesquisas de doutorado e mestrado desenvolvidas, respectivamente, por Philippe Urvoy na tese “Cidade em disputa: lutas de moradores e urbanismo autoritário em Belo Horizonte (Brasil) e Porto (Portugal) – 1960–1980” (Urvoy, 2020) e no mestrado de Lara I. C. Ferreira, com orientação de Karina Leitão, intitulada: “Arquitetos militantes em urbanização de favelas: uma exploração a partir de casos de São Paulo e do Rio de Janeiro” (Ferreira, 2017). As pesquisas fazem uso da confrontação de diversas fontes, dentre elas, entrevistas semidirecionadas, fontes documentais, como projetos arquitetônicos, material de imprensa, inquéritos do extinto Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) da ditadura militar brasileira e demais bibliografia, como forma de recompor trajetórias pessoais, circunstanciando-as historicamente e relativizando distorções narrativas que podem ocorrer em relatos de memória em primeira pessoa (Bourdieu, 2006), reconhecendo, porém, a importância da autopercepção e da autobiografia sobre os processos. O artigo está estruturado em partes, que correspondem a diferentes tempos históricos distintos, nos quais são identificados agrupamentos de práticas assemelhadas em contextos políticos específicos, de atuações de grupos ou indivíduos que contribuíram para as lutas, transformações e algumas ações que podem ser consideradas como exitosas em favelas em Belo Horizonte, Rio de Janeiro, e na Região Metropolitana de São Paulo.

Propõe-se aqui um olhar em que as disciplinas da arquitetura e do urbanismo se encontram com a história para narrar as disputas técnico-políticas. O percurso narrativo passa por uma periodização que vai da década de 60 aos dias atuais. E encontra no caminho, fragmentos de uma história de luta dos favelados em Belo Horizonte, em que a atuação do Padre Pigi e do líder comunitário Vicentão, ainda encontra eco na agenda de moradia atual na cidade, nas favelas que se pretendem urbanizadas de forma mais respeitosa, nas ocupações assessoradas por grupos de assessores profissionais e universitários.



Na capital mineira, assim como em Diadema e no Rio de Janeiro, privilegia-se a recuperação da história de atuação de profissionais pioneiros, que se fizeram defensores das favelas, da sua urbanização e da permanência de moradores nos locais originários de moradia, sempre que tecnicamente justificável. Os arquitetos: José Carlos Leander de Castro, ocupando a direção de companhia urbanizadora em BH; Luis Fingermann, abrindo os caminhos para uma ação pioneira lastreada por arquitetos que chegaram a ser treinados no ABC paulista pelo renomado pedagogo Paulo Freire; e Carlos Nelson dos Santos, com seus companheiros do escritório Quadra, consistem nas referências mais destacadas para a abertura de caminhos projetuais alternativos para urbanização de favelas no Brasil.

### **O momento “pioneiro”: os anos 1960 e 1970**

A primeira experiência de colaboração pela luta por moradia que identifica-se nas pesquisas das autoras, ainda muito pouco abordada pela historiografia sobre o tema, é o caso da Vila Frei Josafá, em Belo Horizonte, localizada no bairro Dom Cabral. A Vila surgiu a partir da mobilização de famílias sem-teto que ocuparam áreas urbanas anteriormente vazias para conquistar a casa própria, recebendo o apoio da Federação dos Trabalhadores Favelados (FTFBH). Criada em 1959, a FTFBH reunia lideranças de diversas favelas e vilas da cidade, para defender o direito dos seus moradores. Suas pautas receberam respaldo na sociedade, no contexto do governo progressista de João Goulart (1961-1964) e das mobilizações pelas reformas de base no Brasil. Anunciadas pelo governo como etapas necessárias para o combate à injustiça social no país, estas incluíram preceitos da reforma urbana que previam “a justa utilização do solo urbano (...) e fornecimento de habitação condigna a todas as famílias” (Ribeiro; Pontual, 2009).

Nesse contexto, os movimentos favelados defendiam a instalação de famílias pobres em terras urbanas desprovidas de função social, pautando o desmantelamento dos “latifúndios urbanos”, terras con-

centradas na mão de poucas famílias (Oliveira, 2010, p. 150). Foi nesse contexto que ocorreram as primeiras ocupações organizadas de terras urbanas em Belo Horizonte. Em 1963, após uma série de ocupações de terrenos, que pertenciam a um grande empresário, por famílias necessitadas na região noroeste de Belo Horizonte, a Prefeitura Municipal foi pressionada a reassentar parte das famílias em áreas que pertenciam ao município. Nasceu então a Vila Frei Josafá, que seria, segundo o jornal *Diário de Minas* “a primeira favela planejada do Brasil” (*Diário de Minas*, 26/10/1963), aludindo à noção de ‘planejamento’ para se referir a um processo usual na formação de favelas e assemelhados no Brasil, por indução do próprio Estado, por meio da remoção de alguma área, e despejo dos moradores em outro terreno.

Apesar de liberar a instalação das famílias, a Prefeitura não realizou, naquele momento, nenhuma obra de urbanização da área. Tal tarefa foi então assumida pelos moradores, com o apoio de grupos universitários ligados a movimentos estudantis. A Vila foi palco de uma experiência de organização socioespacial coletiva singular. Enquanto estudantes de engenharia forneciam apoio na construção das casas, departamentos de educação, cultura e saúde foram criados na comunidade por estudantes vinculados a estas áreas, sendo o conjunto das ações coordenadas pela associação de moradores. Segundo uma reportagem realizada pelo jornal *Diário de Minas* na época, a experiência estaria se reproduzindo, e mais especificamente: “sendo exportada para outras favelas da Capital” (*Diário de Minas*, 26/10/1963). No mesmo período, três outras vilas surgiram de um semelhante processo de ocupação coletiva do espaço. Entre o apoio estudantil a essas ocupações, destaca-se a participação de estudantes da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Estas experiências de organização e colaboração foram rapidamente afetadas pelo curso da história. Após o Golpe de Estado de 1964, que marcou o início da ditadura militar (1964-1985), as principais lideranças faveladas e estudantis da região foram presas. A FTFBH e as

associações de favelados foram extintas. A Vila Frei Josafá, sob ordem da Intervenção Militar, foi rebatizada Vila 31 de Março, em referência à data do Golpe (Diário de Minas, 20/05/1964). Apesar disso, na Vila, um grupo de moradores se manteve ativo nos anos seguintes, de modo discreto, organizando reuniões e mutirões para a construção das infraestruturas e de serviços urbanos básicos.

Se o motor dessas experiências de autoconstrução e organização popular foram os movimentos de moradores, tais experiências se consolidaram com a participação de sujeitos intermediários que facilitaram o encontro entre habitantes e apoiadores externos. No caso da Vila Frei Josafá, destaca-se a figura de Pier Luigi Bernareggi, mais conhecido como Padre Pigi. Originário da Itália, Pe. Pigi mudou-se para o Brasil em 1964, ainda como seminarista. Pelo fato de o seminário do Coração Eucarístico, onde estudava, ser vizinho da Vila Frei Josafá, Pigi decidiu “ir conhecer a favela e seus moradores para poder construir alguma coisa junto com eles” (Bernareggi, informação verbal, 2015).

Apesar de não possuir experiência técnica no campo urbanístico, a postura engajada de Pe. Pigi trouxe apoio decisivo à organização do movimento comunitário local, num período de repressão política, para a retomada das práticas de mutirões, o que se concretizou com a realização de obras realizadas pelos integrantes da comunidade, entre elas, a consolidação de infraestruturas de saneamento, ou ainda a criação de atividades para geração de renda, como cooperativas.

Outra figura que se revelou importante para a consolidação e melhoria de vilas e favelas em Belo Horizonte foi Vicentão. Nascido no município de Ouro Fino, Vicente Gonçalves (1931-2016), também conhecido como Vicentão, mudou-se para Belo Horizonte ainda criança. Cresceu na favela da Barroca, de onde foi removido pela Prefeitura em 1945, passando depois a morar no Morro do Querosene, na zona sul da cidade, onde se tornou uma liderança no movimento comunitário local. Ele foi um dos responsáveis pela criação da FTFBH e pela construção da rede de apoiadores em torno das ocupações



criadas no início da década de 1960, a começar pela Vila Frei Josafá / 31 de Março (DOPS/MG, Pasta 3932, 1964). Apesar de ter sido investigado e preso após o Golpe de 1964, ele continuou na militância nos anos seguintes e foi responsável, junto com o Padre Pigi, pela reorganização do movimento de luta por moradia em Belo Horizonte na década seguinte (Bernareggi, informação verbal, 2015).

Assim como em Belo Horizonte, os anos 1960 foram pontuados por mobilizações e transformações urbanas na cidade do Rio de Janeiro, marcadas por remoções de favelas e reassentamentos, realizadas pelo poder público, a maioria delas questionáveis, mas também com muita contestação popular. Foi a partir da reação contra a remoção de uma favela destinada a ser reassentada naqueles conjuntos, que aconteceu a experiência de Brás de Pina, uma comunidade na zona norte do Rio de Janeiro. Em 1964, a favela de Brás de Pina foi alvo de um plano de remoção e realojamento, durante o Governo de Carlos Lacerda (1960-1965). A comunidade, apoiada por movimentos religiosos e, em parte, respaldada pela mídia, resistiu quase na sua totalidade à remoção (Santos, 1981, p. 32). Com a mobilização da Associação de Moradores, o apoio da Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG), e assessoria de um grupo de estudantes do curso de arquitetura, que viriam a formar o grupo Quadra Arquitetos, foi proposto um projeto alternativo à remoção e que garantisse a permanência no local original.

Os episódios que marcaram esta experiência (pelo lado dos técnicos) foram amplamente detalhados em Santos (1981) e Blank (1977). O caso é emblemático por se tratar de um dos primeiros episódios registrados onde a associação entre técnicos, moradores e poder público garantiu a permanência da comunidade com intervenções de melhorias urbanas e habitacionais no país. Na atuação do Quadra Arquitetos, pautada por uma mobilização política consciente, mas inédita para o grupo, os jovens arquitetos fizeram propostas e ações que nem sempre foram aceitas pela população ou pelos técnicos do poder público.



Nesta atuação, merece destaque a trajetória do arquiteto Carlos Nelson Ferreira dos Santos (RJ, 1943 – 1989), seja na pesquisa, seja na atuação profissional crítica junto a comunidades. É importante o seu percurso individual pela sua relação com processos coletivos da época, tanto no Rio de Janeiro quanto em discussões em outras cidades e até outros países, e sua influência na vida e atuação profissional de outros sujeitos que atuaram na luta por moradia digna (Ferreira, 2017).

Ao cruzar as experiências da Vila Frei Josafá, em Belo Horizonte, e de Brás de Pina, no Rio de Janeiro, encontra-se pontos em comum. Ambas as iniciativas partiram de mobilização de moradores pelo acesso à moradia ou contra projetos de remoção. Nos dois casos, sujeitos intermediários passaram a ocupar um papel importante no processo de urbanização e autoconstrução no local, permitindo tanto a construção de projeto, a mobilização de competências diversas e articulação com aliados ou ainda a negociação com os poderes públicos. Esse último papel foi especialmente importante no contexto político específico da época. Nesse período marcado por repressão política e pela raridade dos espaços de negociação entre Estado e sociedade civil, os sujeitos intermediários tiveram um papel no reforço da legitimidade das iniciativas populares.

### **1980-2000 – Institucionalização municipal de pautas militantes**

A década de 1980, que corresponde a um período de progressiva redemocratização do país com o enfraquecimento e fim da ditadura militar, caracterizou-se como um período de progressiva institucionalização de pautas e demandas ligadas à urbanização de favelas e produção de habitação coletiva. Este processo foi, em grande parte, resultante do ingresso de profissionais militantes em prol da reforma urbana, em gestões municipais progressistas. A experiência de Belo Horizonte, neste aspecto, é significativa por ser a primeira cidade a adotar uma lei que permitiu a regularização e urbanização das áreas faveladas nesse período, a lei PROFAVELA, de 1983. A promulgação

desta lei foi o resultado de intensas mobilizações por parte de movimentos sociais, nas quais se destacam a atuação de algumas das figuras já mencionadas anteriormente, como o Pe. Pigi e Vicentão, que se consolidaram como lideranças em defesa dos favelados.

Em 1985, o BNH foi extinto, marcando o fim de um modelo de produção de habitação social público que beneficiou, durante duas décadas, sobretudo a classe média, para além de ter criado partes da cidade em modelos excludentes e monofuncionais (Bonduki, 1988). Para propor um modelo que não reproduzisse a mesma situação, o governo federal lançou em 1987, por meio da Secretaria Especial de Ação Comunitária, o Programa Nacional de Mutirões Habitacionais, que tinha por objetivo financiar habitações apenas para famílias com renda inferior a três salários mínimos. A nova Constituição de 1988, por sua vez, consolidou a descentralização das políticas públicas de planejamento urbano, que ficou então ao cargo dos municípios (Motta, 2010).

Muitas experiências de habitação social direcionadas para a população empobrecida, seja em intervenções com melhorias em favelas ou na construção de novos empreendimentos no período da redemocratização, foram desenvolvidas dentro de gestões municipais. Com efeito, as décadas de 1980 e 1990, foram marcadas por um cenário de recessão econômica, mas ao mesmo tempo de fortalecimento de lutas sociais, algumas gestões municipais se destacaram então nos seus papéis progressistas, aprovando legislações de âmbito social e em práticas que se aproximaram da população mais desfavorecida. Desse período destaca-se também a gestão municipal de Diadema, na Região Metropolitana de São Paulo. De 1983 a 1996, a prefeitura dessa cidade teve uma contribuição incontornável no repertório de conhecimento sobre urbanização de favelas.

À gestão de Diadema e à equipe técnica municipal deste período são atribuídos alguns dos parâmetros e das técnicas utilizadas como referência por outras gestões municipais progressistas para a intervenção em favelas (Nakamura, informação verbal, 2015). Nas primeiras ges-





tões, com uma equipe reduzida, mas composta por profissionais engajados (Coelho, 2008), o pioneirismo desta atuação possibilitou o teste da intervenção pública em espaços informais e a formação na prática de diversos profissionais que propagaram as técnicas utilizadas em outros municípios com as consequentes trocas entre gestões municipais. O município, um dos mais densos da região, era majoritariamente construído de forma irregular e precária. Em equipes multidisciplinares (com trabalho social e físico) e por priorização de demanda e organização popular, deslocavam-se para campo, e recorrendo a máquinas da própria Prefeitura, no caso, da Secretaria de Obras, à mão-de-obra disponível ou por mutirão dos próprios moradores, resolviam no local as questões físicas de cada favela e asseguravam a permanência das famílias assentadas (Nakamura, informação verbal, 2015).

Grande parte das intervenções dava-se por remoção temporária, remarcação de lotes e reassentamento no mesmo espaço de todas as famílias que ali já moravam. O arquiteto Luis Fingermann estabeleceu critérios mínimos para os lotes (42 m<sup>2</sup>) e para as ruas (4m de largura), adaptadas às possibilidades dos territórios. Inicialmente, as decisões projetuais eram feitas no canteiro, conforme surgiam os problemas, em obras viabilizadas por sistema de contratação via administração direta. Isso viabilizava intervenções rápidas e eficazes (em 85 favelas). As intervenções duravam cerca de um ano em cada assentamento (Nakamura, informação verbal, 2015). No final da intervenção era concedido um documento oficial para cada família que garantia a permanência naquele lote.

Nos anos 1990, a economia e finanças públicas brasileiras começaram a se estabilizar e a progredir. No início de 1990, a gestão municipal de São Paulo de Luiza Erundina (Partido dos Trabalhadores (PT) – 1989-1992), por meio da Secretaria de Habitação, coordenada pela arquiteta e urbanista Erminia Maricato, destacou-se por um amplo programa de intervenção em favelas e no apoio a movimentos de moradia e produção autogestionária de Habitação

de Interesse Social, destinado à população de baixa renda, o qual inclusive incentivou a criação de grupos de assessoria técnica profissional na cidade, o FUNAPS Comunitário (Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal), um programa de construção por mutirão e autogestão, para famílias de baixa renda. Alguns dos grupos de assessoria técnica criados na época, ou, consequentemente, se mantêm atuantes até hoje, tais como a Usina CTAH ou a Peabiru TCA<sup>5</sup>, e são referência para outros grupos de intervenção técnica e política no país. Esses grupos foram contratados posteriormente por outras gestões progressistas da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), integrando parcialmente projetos mais complexos, seja para leituras/diagnósticos urbanos, projetos de urbanização, ou assessoria técnica para a construção ou requalificação de unidades e conjuntos habitacionais (Ferreira, 2017).

Naquele momento, também se destaca a circulação de técnicos engajados (da arquitetura, engenharia, assistência social, direito, entre outros) entre as gestões progressistas dos municípios da RMSP, reproduzindo e atualizando formas de intervenção, políticas e programas sociais urbanos e habitacionais, tais como os mencionados em Diadema e São Paulo.

Observa-se também na cidade de Belo Horizonte, neste mesmo período, a entrada de técnicos e profissionais com posturas militantes em instituições ligadas ao poder municipal, a começar pelo arquiteto José Laender de Castro, que foi presidente da Companhia Urbanizadora (Urbel) da cidade a partir de 1991. Essa circulação de pessoas e saberes se mantém até hoje, apesar de essa circulação carecer de um registro formal e mapeamento oficial de conhecimentos e práticas que se transmitem entre as pessoas que, ora trabalham na gestão pública, ora em entidades privadas ou do terceiro setor, ora estão lecionando em universidades públicas e privadas da região.

Ao colocar em perspectiva os casos observados, constata-se que as práticas de colaboração entre movimentos sociais de luta



por moradia, associações de moradores e técnicos ou profissionais, iniciadas na década de 1960, foram desenvolvidas e difundidas de forma mais ampla e sofisticada a partir da década de 1980, com o apoio de algumas instituições públicas. No período de redemocratização, alguns instrumentos idealizados pelos setores da sociedade civil engajados na reforma urbana passaram a incorporar o arsenal legislativo municipal considerado progressista em algumas cidades. Observa-se de que modo a transmissão de um repertório de ação nas favelas e espaços periféricos se deu por meio da atuação de alguns sujeitos específicos, desde lideranças a técnicos engajados, cujas trajetórias se forjaram a meio caminho entre a prática profissional e política. O deslocamento progressivo das pautas das famílias sem-teto, da rua para a política institucional, ao longo do tempo, também foi o fruto da inserção de alguns desses sujeitos nas gestões municipais progressistas desse período.

## **2000-2016 - anos de investimentos inéditos e controversos**

O final dos anos 1990 e o início dos anos 2000 foram marcados pela chegada de recursos internacionais para intervenções urbanas que possibilitaram a implementação de programas de urbanização de favelas, intervenções urbanas e habitacionais de maior escala, via empréstimos internacionais. Simultaneamente, junto com os recursos e agências multilaterais, num contexto de demanda por ações descentralizadas do Estado e fortalecidas nos municípios, assistiu-se à entrada de influências neoliberais aplicadas às políticas econômicas e sociais (Denaldi, 2003, p.105).

A aprovação do Estatuto da Cidade (2001), a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal e a criação do Ministério das Cidades (2003) pareciam ensejar as conquistas. Os investimentos públicos de cunho desenvolvimentista dos governos PT (2003-2016) foram determinantes para o atendimento de extratos sociais mais pobres com subsídios, programas e legislações, como nenhum outro governo

anterior tinha conseguido (Petrarolli, 2015). Entre as mudanças mais evidentes, destacam-se a criação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), na sua modalidade de Urbanização de Assentamentos Precários (UAP), e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), mas também uma facilidade de acesso ao crédito das famílias empobrecidas. No entanto, muitas dessas novidades e programas, revelaram resultados físicos e ambientais com muitos limites, tendo sido alvo de inúmeras críticas identificadas em pesquisas nacionais sobre o tema (Cardoso; Denaldi, 2018; Santo Amore; Shimbo; Rufino, 2015).

Assim, assistimos à execução de programas e políticas que tiveram magnitude inédita, deram prosseguimento a projetos das décadas anteriores, mas também apresentaram limitações técnicas. Nesse período, assim como nos anteriores, aconteceram intervenções urbanas e habitacionais para a baixa renda, ou projetos de urbanização de favelas realizadas por gestões municipais e estaduais de diferentes partidos e direcionamentos políticos. Ou projetos que foram propostos com determinados intuitos, e nas mudanças de gestão ou origem dos recursos, impuseram mudanças nas formas de atuação.

No Rio de Janeiro, por exemplo, destaca-se a repercussão nacional do Programa Municipal Favela-Bairro (1995-2007), que teve longa edição na cidade. Por meio do mesmo, foram realizados projetos e intervenções que possibilitaram melhorias urbanas em favelas, os quais, mesmo sujeitos a críticas, engendraram uma disseminação da agenda pública sobre o tema em território nacional, junto com outras experiências municipais da mesma natureza (Bueno, 2000) e que fundamentaram a elaboração do PAC-UAP. No entanto, ao longo da sua implementação, o programa, com a coordenação da Prefeitura Municipal, viu os processos participativos e de comunicação entre técnicos e a população, realizados na primeira fase (1995-2000), serem progressivamente sendo diminuídos (Silva, informação verbal, 2015). Ainda assim, o Programa possibilitou a experimentação, formação e experiência dos técnicos contratados





pela prefeitura, que disseminaram a experiência na própria cidade e em outras do país (Ferreira, 2017).

Como exemplo, pode-se mencionar que a equipe contratada para a realização dos projetos de urbanização em Cantagalo e Pavão-Pavãozinho (Favela-Bairro 2ª fase, 1999-2003), coordenada pelos arquitetos Jonathas Magalhães Silva e Vera Tângari (MPS Associados), e incorporada ao escritório de Luiz Carlos Toledo (Mayerhofer & Toledo - M&T Arquitetos), foi posteriormente a equipe selecionada para o desenvolvimento do Plano Socioespacial da Rocinha (RJ, 2007-2008), demandado e gerido pelo Governo de Estado do Rio de Janeiro. Mapeando a transmissão de repertórios de atuação em territórios populares no Rio de Janeiro, verifica-se que Luiz Carlos Toledo havia sido colega de turma no curso de arquitetura e amigo de Carlos Nelson Ferreira dos Santos. Toledo reconhece a influência da atuação e pensamento militantes de Carlos Nelson em projetos de intervenções urbanas, em especial em favelas, na sua prática profissional de atuação social, comunitária, assim como, em sua reflexão crítica sobre a ação de arquitetos em favelas (Toledo, informação verbal, 2016).

No Plano Socioespacial da Rocinha, destacam-se algumas questões que enquadram esta como uma experiência de arquitetos militantes: dada a fragilidade de conhecimento técnico do Governo do Estado sobre o assunto (contratante daquele projeto), foi a própria equipe projetista que definiu o seu escopo de trabalho para o desenvolvimento do processo (Silva, informação verbal, 2015). Isso só foi possível devido à experiência dos técnicos projetistas, por terem participado em outros processos públicos, também sobre favelas. A participação comunitária foi fundamental em todo o processo; essa relação teve início no momento da elaboração da proposta para o concurso (Silva, informação verbal, 2015). Este processo possibilitou a apropriação e o empoderamento por parte dos moradores, que inclusive utilizaram o seu conhecimento na reivindicação pela implementação do que havia sido proposto pela equipe (Silva, informação verbal, 2015; Toledo, in-



formação verbal, 2016), numa articulação que segue até os dias atuais em prol da defesa dos interesses populares naquela favela.

No entanto, a ausência do poder público foi constante em todo o processo e, por este fato, em determinado momento desmobilizaram-se as assembleias regulares e o processo participativo. O lançamento do PAC-UAP no meio do processo, por um lado, facilitou o acesso a recursos financeiros que viabilizaram tanto o projeto como a obra, por outro, introduziu uma nova agenda política que não estava inicialmente prevista, mobilizada pela gestão estadual. Foi o caso da tentativa de construção de um teleférico, proposta controversa que surgiu por parte do poder público e não da equipe projetista ou da comunidade, que publicamente declarava preferência por investimentos no campo do saneamento (Silva, informação verbal, 2015).

Seguindo nos contrapontos entre experiências de alianças por urbanização de favelas no sudeste brasileiro, em Belo Horizonte, os recursos do PAC contribuíram para financiar o programa Vila Viva. Criado em 2005, pela Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (Urbel), o programa teve foco na regularização urbana, aliando “urbanização, desenvolvimento social e regularização fundiária”, mas também ações de “construção de moradias, erradicação de áreas de risco, remoção de famílias”. Apesar do foco em urbanização, ele incluiu também “intervenções sociais no campo da saúde, educação, assistência social”, “educação sanitária”, “inclusão produtiva” e “geração de trabalho e renda”, além de, em alguns casos, “ações de combate à violência e tráfico de drogas” (Carmo; Luz; Silveira, 2019).

Cabe mencionar que o desenvolvimento do programa não se deu sem questionamentos: desde seu início, em 2007, um manifesto publicado por diversas associações comunitárias, ocupações urbanas e movimentos populares, intitulado “Vila Viva ou Vila Morta?”, questionava o caráter perverso de um programa que se utilizaria de um discurso de amparo social em prol “da qualidade de vida das pessoas que se aglomeram nas favelas” para realizar intervenções “orientadas





pelos interesses do capital imobiliário” (Manifesto, “BH – Programa Vila Viva ou Vila Morta?”, 2008).

Observa-se que, no conjunto dos movimentos que se mobilizaram então contra o programa, encontram-se entidades ligadas às figuras históricas da militância urbana belo-horizontina, tal como a Pastoral Metropolitana dos Sem Casa, fundada pelo já mencionado Padre Pigi, ou a Associação de Moradores de Aluguel da Grande Belo Horizonte (AMABEL), que tinha proximidade com Vicentão. Esses movimentos tornaram-se então espaços de formação de lideranças, nos quais a transmissão de repertórios teóricos e práticos passou de uma geração para outra. Ao lado dessas figuras históricas, tais repertórios de ação foram também apropriados por uma nova geração de movimentos sociais, com forte inserção na universidade pública. Enquanto, a partir de meados dos anos 2000, os movimentos sociais urbanos assumiram em Belo Horizonte uma postura de oposição frente à prefeitura, encontrando na universidade alianças para o fortalecimento de acesso a recursos financeiros, técnicos e humanos.

Deste modo, novas experiências de planejamento popular do espaço urbano tomaram corpo a partir de 2008 na cidade, por meio do movimento de ocupações urbanas, independentemente do apoio ou aval das instituições municipais. Fazendo eco com as experiências pioneiras observadas na década de 1960, tais experiências receberam um apoio fundamental de assessorias técnicas oriundas do mundo estudantil, extensionista, universitário, vinculadas principalmente à Escola de Arquitetura e Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (EA-UFGM), como foi, por exemplo, o caso das Ocupações Urbanas da Izidora (Galera; Gonçalves, 2020). Parte das ocupações urbanas auto-construídas foram batizadas com nomes que homenageiam a memória de militantes históricos da luta por moradia na cidade, simbolizando o elo e a transmissão entre as diferentes gerações. Entre elas, a ocupação de um prédio nomeada como Ocupação Vicentão, realizada em 2017 no centro da cidade, rememorou no mural de sua fachada a figura de

Vicente Gonçalves, falecido em 2016, com 85 anos, após sete décadas de militância a favor dos sem-teto e favelados.

## Notas em busca de conclusão

O período de crise política e financeira instituído na década de 2010 no país, e que em 2016 culminou no golpe que destituiu o Partido dos Trabalhadores do governo federal, levou a uma clara interrupção no enfrentamento dos problemas habitacionais e urbanos brasileiros, ainda que estes merecessem aperfeiçoamentos programáticos evidenciados pelos estudos já mencionados. Associado à pandemia de Covid-19, o cenário de crise teve repercussões na realidade brasileira, evidenciando-se na inflação e no empobrecimento generalizado da população. Mais do que apenas o aumento da dificuldade de acesso ao mercado imobiliário formal e do custo de vida, entre o Governo Temer (2016-2018), e agravado no Governo Bolsonaro (2019-2022), o período foi marcado pela retração nos investimentos em políticas sociais públicas, incluindo as de moradia e melhorias urbanas em geral. No período assistiu-se também a um aumento da criminalização e perseguição dos movimentos sociais e políticos progressistas, com ações violentas realizadas pela coligação entre Estado e iniciativa privada dominante, e que se traduziram concretamente, em ameaças, mandados de prisão questionáveis, e até assassinatos, nos centros urbanos e com maior agressividade nos espaços rurais e das florestas.

Com a eleição do Governo Lula (PT – 2023-em andamento), alguns dos direcionamentos de ações e políticas sociais foram reativados, como a recriação do Ministério das Cidades e a instituição de uma Secretaria Nacional das Periferias, que desde 2023 tem tentado aumentar sua incidência, atuação e restituição de políticas e recursos direcionados para as populações empobrecidas, em especial com a retomada e reformulação do Novo PAC – Urbanização de Favelas, ainda que com recursos mais modestos para urbanização do que os dos primeiros mandatos lulistas.



Apesar de tudo, e assim como em outros períodos históricos, as resistências perante as violências se mantêm. Lideranças comunitárias, famílias e indivíduos mobilizados, ativistas partidários ou de organizações sociais, mas também técnicos profissionais, servidores públicos e pesquisadores continuam a agir nas brechas possíveis do sistema colocado, frente a cenários controversos (Ferreira, 2024).

No período de 2016 a 2022, muitas alianças foram construídas em torno do assessoramento para ocupação de terras e edifícios, onde movimentos sociais se empenharam em arcar com iniciativas de auto-urbanização e autorreforma, no caso das melhorias realizadas em ocupações de moradia em prédios anteriormente abandonados. Igualmente, planos populares, disputas por regularização fundiária e resistência contra despejos têm sido objeto de luta conjunta<sup>6</sup>. Se por um lado, os protagonistas dessa luta são indubitavelmente os movimentos sociais de moradia, por outro, os rastros das trajetórias aqui descritas se somam a uma agenda de disputa pela permanência e melhoria das condições de moradia em assentamentos populares de diversas tipologias. Não por acaso, privilegiou-se neste artigo narrar algumas contribuições no campo da arquitetura que se aliou a esta luta, numa busca pela técnica que viabiliza intervenções para permanência em territórios populares, mediante garantia de condições de vida mais dignas e respeitadas com os esforços de moradores para ocupar e autoconstruir seu habitat.

Estas formas de atuação pioneiras construíram um campo popular de uma espaciologia radicalmente política e socialmente informada que herda direta ou indiretamente acúmulos advindos dos repertórios identificados nas pesquisas que baseiam este artigo. A atuação dos sujeitos aqui mencionados ganha eco na atualidade. Essa transmissão se dá muitas vezes por meio da influência indireta e do contato com figuras de referência em experiências de trabalho, nas universidades onde sujeitos de atuação militante ocupam lugares de docência e nas suas disciplinas abordam questões práticas sobre territórios populares, ou por meio de processos de pesquisas que têm buscado repertoriar estas e outras trajetórias e

ações militantes. Também as formações de movimentos estudantis por meio de escritórios modelo, muitas vezes em relação com movimentos sociais de moradia, têm aberto caminhos para renovadas atuações profissionais, o que denota a importância da articulação em redes de relacionamentos e intercâmbio para a transmissão e difusão de repertórios de ação militante que tem sido construída em muitos e diferentes espaços, por diferentes agentes, e em cenários políticos em constante alteração, para que a memória do que foi feito, possa também alimentar e inspirar ações futuras e a incidência por cidades mais justas e menos desiguais.

## Referências

- BERNAREGGI, P. L. Entrevista concedida a Philippe Urvoy em 09/06/2015, Belo Horizonte. 2015 (Entrevista).
- BLANK, G. **Experiência de urbanização de favela carioca, Brás de Pina**. 1977. Dissertação (Mestrado em Planejamento urbano e Regional) – COPPE/PUR, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1977.
- BONDUKI, N. Crise na habitação e a luta pela moradia no pós-guerra. In: KOWARICK, L. (Org.). **As lutas sociais e a cidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 95-131
- BOSCHI, R. (Org.). **Movimentos coletivos no Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. (Debates Urbanos, n.º 5).
- BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M.; AMADO, J. (Org.). **Usos & Abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p.183-191.
- BUENO, L. **Projeto e favela: Metodologia para projetos de urbanização**. 2000. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2000.
- CAMPOS, C.; CANETTIERI, T.; SANDERS M.; VELLOSO R. (Dir.). **Muito mais que um simples teto**. Belo Horizonte: Cosmópolis – UFMG, 2020.
- CARDOSO, A. L.; DENALDI, R. (Org.). **Urbanização de favelas no Brasil: um balanço preliminar do PAC**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.
- CARMO, R. F.; LUZ, Z.; SILVEIRA, D. O planejamento de quatro áreas do Programa Vila Viva na cidade de Belo Horizonte, Brasil: uma análise documental. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 1165-1174. 2019.





COELHO, M. C. **Espaço de Direitos É mais que Direito a Espaço**. O Processo de Urbanização de Favelas em Diadema (1983 – 2008). Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC–SP), São Paulo, 2008.

DENALDI, R. **Políticas de urbanização de favelas: evolução e impasses**. 2003. 242f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

DIÁRIO DE MINAS. [Artigos diversos]. Belo Horizonte, 26 out. 1963 e 20 maio. 1964. Consultado na Hemeroteca Pública de Minas Gerais.

DOPS/MG. **Arquivos do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais**. Pastas 0012 e 3932, 1964. (Arquivo Público Mineiro).

FERREIRA, L. I. C. **Arquitetos militantes em urbanização de favelas: uma exploração a partir de casos de São Paulo e do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Habitat) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Doi: 10.11606/D.16.2018.tde-27062017-150239. Acesso em: 10 jun. 2025.

FERREIRA, L. I. C. **Assessoria técnica para a moradia popular. Respostas possíveis para problemas complexos**. 2024. Tese (Doutorado em Habitat) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024. Doi:10.11606/T.16.2024.tde-17122024-133447. Acesso em: 10 jun. 2025.

GALERA, I.; GONÇALVES, R. G. Izidora em 3 atos: O conflito fundiário, a luta popular, o imaginário simbólico da terra prometida. **Revista Indisciplinar**, v. 6, p. 188–211, 2020.

GONÇALVES, V. Entrevista do Vicente Gonçalves, Vicentão, advogado dos favelados. [Entrevista concedida a] Frei Gilvander. Belo Horizonte: TV Comunitária de Belo Horizonte, 2 ago. 2011. (Programa Palavra Ética).

HORIGOSHI, M. R. S. B; HODAPP, A. A assessoria técnica entre a luta pela moradia digna e a urgência de um teto. *In*: UEMURA, Margareth Matiko; NISIDA, Vitor Coelho; CAVALCANTE, Lara Aguiar. (Org.). **ATHIS para o direito à moradia**. São Paulo: Instituto Pólis, 2021. Disponível em: <https://polis.org.br/publicacoes/athis-para-o-direito-a-moradia/>. Acesso em: 15 mar. 2022.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Favelas e Comunidades Urbanas | De Aglomerados Subnormais para Favelas e Comunidades Urbanas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. (Notas metodológicas n. 01). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102062>. Acesso em: 24 abr. 2024.

MANIFESTO.BH – Programa Vila Viva ou Vila Morta?, 2008. Manifesto assinado coletivamente por diversos movimentos sociais e entidades de Belo Horizonte. MOTTA, L. D. **A questão da habitação no Brasil: políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade**, 2010. Disponível em: [https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-MOTTA\\_Luana\\_-\\_A\\_questao\\_da\\_habitacao\\_no\\_Brasil.pdf](https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-MOTTA_Luana_-_A_questao_da_habitacao_no_Brasil.pdf). Acesso em: 10 jun. 2025.

NAKAMURA, M. Entrevista concedida a Lara I. C. Ferreira em 14/12/2015, São Paulo. (Entrevista).

OLIVEIRA, S. S. R. de. **O movimento de favelas em Belo Horizonte (1959-1964)**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2010.

PARDO, Mariana Ribeiro. **Infâncias na encruzilhada: entre estruturas necropolíticas de cidade e alianças para viabilização da vida na comunidade da Nova República, SSA/BA**. 2023. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (FAUUSP), São Paulo, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.16.2023.tde-15042024-153856>. Acesso em: 24 abr. 2024.

PETRAROLLI, J. **O tempo nas urbanizações de favelas: contratação e execução de obras do PAC no ABC**. 2015. 164f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão do Território) – Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2015.

RIBEIRO, C.; PONTUAL, V. A reforma urbana nos primeiros anos da década de 1960. *Arquitextos*, n. 109.07, ano 10, jun. 2009.

SANTO AMORE, C., SHIMBO, L. Z., RUFINO, M. B. C. **Minha casa... e a cidade?: avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros**. São Paulo, 2015.

SANTOS, B. S. Os conflitos urbanos no Recife: o caso do Skylab. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 11, p. 9-59. maio 1983.

SANTOS, C.N.F. **Movimentos urbanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SILVA, J. M. Entrevista concedida a Lara I. C. Ferreira em 26/10/2015, São Paulo. 2015. (Entrevista).

STEVENS, J. **Occupation & city: the proto-urbanism of urban movements in central São Paulo**. 527 f. Tese (Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo / University of Leuven, Bélgica, 2018. Disponível em: <http://dspace.mackenzie.br/handle/10899/25887>. Acesso em: 10 jun. 2025.

TOLEDO, L. C. Entrevista concedida a Lara I. C. Ferreira em 23/11/2015, São Paulo. 2015. (Entrevista).

URVOY, P. **Cidade em disputa: lutas de moradores e urbanismo autoritário em Belo Horizonte (Brasil) e Porto (Portugal) - 1960-1980**. 2020. Tese (Doutorado em História) –Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/34249>. Acesso em: 10 jun. 2025.

## Notas

- 1 Arquiteta e urbanista, bolsista FAPESP de pós-doutorado no Centro de Estudo da Favela (CEFAVELA) na Universidade Federal do ABC (UFABC). Email: [lara.icf@gmail.com](mailto:lara.icf@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9030-7203>
- 2 Historiador, professor no departamento de geografia da Universidade Paris Nanterre. Pesquisador do LAVUE (Universidade Paris Nanterre) e do Cosmópolis (Universidade Federal de Minas Gerais). Email: [p.urvoy@parisnanterre.fr](mailto:p.urvoy@parisnanterre.fr). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6943-944X>
- 3 Arquiteta e urbanista, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design da Universidade de São Paulo (FAUUSP) e pesquisadora do LABHAB FAUUSP e INCT A Casa e a Cidade. Email: [koleitao@usp.br](mailto:koleitao@usp.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5581-5704>
- 4 Em Belo Horizonte é comum o uso do termo 'vila' para designar territórios autoconstruídos, e que será utilizado adiante, e nas três cidades, o termo 'ocupação' para designar territórios autoconstruídos relativamente recentes. Diferentes cidades e regiões assumem designações próprias, por vezes com morfologias distintas, sobre territórios empobrecidos autoconstruídos.
- 5 A Usina CTAH (Centro de Trabalho para o Ambiente Habitado) e Peabiru TCA (Trabalhos Comunitários e Ambientais) são grupos de assessoria técnica profissional, que atuam nas áreas da arquitetura, urbanismo, engenharias e trabalho social, sediados em São Paulo, e que desde as suas formações têm trabalhado com movimentos sociais, associações comunitárias e de moradores, e atuam na luta por moradia digna, e pela realização de trabalhos via contratação através de programas habitacionais públicos sociais. Para mais informações consultar: <https://www.instagram.com/usinactah/> e <https://www.peabirutca.org.br/>
- 6 Vide banco de práticas compilado na plataforma nacional da Rede Moradia e Assessoria que articula universidades e assessorias técnicas em torno de práticas de assessoramento técnico universitário e profissional em bairros populares (<https://www.moradiaassessoria.org.br/praticas>).